

# Informação Sindical



Sindicato dos trabalhadores da Administração pública

## *Reunião na Secretaria de Estado da Administração Local* **SIADAP, Lei da Tutela Administrativa, Carreiras, Acção Social Complementar e Fiscalização preocupam sindicato**

O **SINTAP/FESAP** reuniu hoje com Secretário de Estado da Administração Local, tendo em vista a obtenção de esclarecimentos sobre as matérias que mais preocupam o Sindicato no sector das autarquias.

### **SIADAP**

Depois de conhecido o relatório do Governo sobre a aplicação do **SIADAP** na Administração Local, o **SINTAP/FESAP** expressou profunda preocupação face aos cerca de 50 municípios (englobando aproximadamente 24 mil trabalhadores) nos quais não foi devidamente aplicado o sistema de avaliação, resultando em prejuízos óbvios para os trabalhadores visados.

Perante este facto, o **SINTAP/FESAP** exige o estrito cumprimento da Lei, nomeadamente no que respeita à penalização prevista, de retenção de 10% dos duodécimos do fundo municipal, não deixando passar incólumes os executivos autárquicos que não aplicam o SIADAP.

### **Lei da Tutela Administrativa**

No que concerne a este importante diploma, actualmente em fase de discussão na Assembleia da República, o **SINTAP/FESAP** foi informado da existência de propostas de alteração no sentido de não incluir a sanção de perda de mandato para os presidentes de câmara, generalizando a retenção de 10% dos duodécimos do fundo municipal.

### **Acção Social Complementar (CCD, Casas de Pessoal e Serviços Sociais)**

O **SINTAP/FESAP** manifestou preocupação quanto à aplicação do Decreto-Lei nº13/2011, nomeadamente no que respeita ao seu artigo 2º, tendo ficado o Secretário de Estado de esclarecer quanto ao entendimento que faz dessa disposição, que incide sobre as transferências destinadas à concessão de benefícios sociais.

### **Polícia Municipal, Fiscais Municipais, de Obras e de Leituras e Cobranças**

O Secretário de Estado concordou com a posição do **SINTAP/FESAP**, considerando irresponsável a intenção de colocar estes profissionais como assistentes técnicos, tendo assumido o compromisso de produzir, por escrito, orientações no sentido da resolução deste problema. No que diz respeito à Polícia Municipal, espera-se que o projecto de diploma já existente venha a ter brevemente uma versão definitiva e que resolva de uma vez os problemas com que esta carreira há vários anos se vêm debatendo.

### **Fiscalização**

No encontro de hoje, o **SINTAP/FESAP** instou o Governo a tomar medidas no sentido de que a Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) e a Direcção-Geral da Administração Local (DGAL) tenham um papel mais activo e interventivo em todas estas questões, com especial incidência sobre a observância das disposições do Acordo Colectivo de Carreiras Gerais.

Finalmente, o Secretário de Estado foi ainda alertado para situações de incumprimento no que toca ao pagamento do subsídio de risco nas câmaras de Lisboa e do Porto, bem como para a medida adoptada na Câmara de Loures, de suspensão do subsídio de deslocação que há mais de 27 anos vigorava na autarquia. Colocámos também a questão relativa ao dia de pagamento de salários dos trabalhadores do CEFA com vínculo público, sendo o Secretário de Estado da opinião de que este dia deverá manter inalterado.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2011